

Aprovada na 855ª sessão

ALADI/CR/Ata 854  
4 de fevereiro de 2004  
Hora: 10h 15m às 11h 45m

### ATA DA 854ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  - Autoridades para o primeiro semestre do ano 2004: corresponde a Presidência ao senhor Embaixador de Chile e as Vice-Presidências ao senhor Embaixador do Brasil e à senhora Embaixadora da Colômbia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 852a. e 853a. sessões.
4. Ordem de votação nominal do Comitê de Representantes (Artigo 20 da Resolução 1).
5. Relatório do Secretário-Geral sobre a situação financeira da Associação.
6. Solicitação de outorga da condição de Observador da ALADI junto à Organização das Nações Unidas (Nota: ALADI/SG.736/03, de 22.12.03 e ALADI/CR/di 1715, 1716 e 1717).
7. Apresentação do Estudo: "Estrutura e evolução da pauta exportadora de cada país-membro da ALADI e o papel do comércio negociado" (ALADI/SEC/Estudo 164).

8. Apresentação do Estudo: "Identificação dos principais problemas fronteiriços que obstaculizam os intercâmbios comerciais da Região" (ALADI/SEC/Estudo 165).

9. Assuntos diversos.

---

Presidem:

BERNARDO PERICAS NETO

HÉCTOR CASANUEVA OJEDA

Assistem: Juan Carlos Olima, Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, María Elisa Rabello Maia, Michel Arslanian Neto e Daniela Arruda Benjamín (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Oscar Quina Truffa (Chile), Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Dora Rodríguez Romero e César Manuel Remis Santos (México), Marcelo Scappini Ricciardi, Nancy Doria de Guggiani e María Inés Benítez Riera (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Agustín Espinosa Lloveras, Mariella Crosta e Alfredo Raggio Lafone (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela), Vasile Macovei (Romênia), Igor Romanchenko (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía, María Teresa Freddolino.

---

PRESIDENTE. Inicia-se a 854ª sessão do Comitê de Representantes da ALADI.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Submeto a consideração do Comitê o primeiro ponto da nossa Ordem do Dia.

Não havendo observações, aprova-se.

- Autoridades para o primeiro semestre do ano 2004: corresponde a Presidência ao senhor Embaixador do Chile e as Vice-Presidências ao senhor Embaixador do Brasil e à senhora Embaixadora da Colômbia.

...Hoje é a primeira reunião do Comitê de Representantes para o ano 2004 e é o momento de mudança de autoridades. Como os senhores sabem, corresponde ao senhor

Embaixador do Chile, Héctor Casanueva, assumir a Presidência e as Vice-presidências corresponderão à senhora Embaixadora da Colômbia e a mim.

Nesse sentido, vou convidar o Embaixador Casanueva, para que assuma a Presidência, não sem antes desejar-lhe muito sucesso no árduo trabalho, e tenho a certeza que assim será, para o semestre que se inicia.

Tem a palavra o Embaixador Casanueva.

- Entrega-se uma campanha de lembrança da Presidência do Comitê de Representantes ao Embaixador Bernardo Pericás Neto.

- Assume a Presidência o Embaixador Héctor Casanueva Ojeda.

... Muito obrigado ao Embaixador Pericás. Desejaria utilizar alguns minutos abusando da compreensão e da paciência de meus colegas para manifestar, muito brevemente, no início deste período que me corresponde presidir o Comitê de Representantes em nome de meu país, acompanhado da Embaixadora Claudia Turbay e do Embaixador Bernardo Pericás.

Em primeiro lugar, desejo expressar em meu nome e no de toda a missão a meu cargo, nosso reconhecimento ao trabalho desempenhado, durante o semestre precedente, pelo Embaixador Pericás à frente do Comitê. Todos nos beneficiamos de sua experiência, sua serenidade, seus conhecimentos e seu dom de gente aplicados ao exercício da Presidência deste órgão político e creio que com estas palavras interpreto fielmente o sentimento de meus colegas e de todos os membros desta Associação, incluída, logicamente, a Secretaria, começando pelo Secretário-Geral e todos os demais membros.

Vou colocar todo meu empenho neste período para dar continuidade ao trabalho realizado pelo Embaixador Pericás, acompanhar e apoiar politicamente a Secretaria, estimular o trabalho dos Grupos específicos e promover mediante o órgão político permanente da Associação o cumprimento do plano de atividades e dos temas pendentes derivados das encomendas do Conselho de Ministros.

A Presidência do Comitê tem um grande valor institucional e um simbolismo político, mas carece de funcionalidade executiva, já que esta corresponde ao órgão técnico, a Secretaria e é correto que seja assim.

Neste sentido e contexto, o Secretário e os demais membros da Secretaria receberão todo o apoio necessário e que esteja a meu alcance, para o cumprimento de suas funções. Mas, como cada dia tem seu próprio afã, creio que cada período do Comitê tem também seu próprio afã. Por isso penso que é possível que a Presidência do Comitê se proponha para um período determinado, além do trabalho de continuidade e das tarefas habituais, algumas metas, e de certo modo, convoque ao consenso dos membros para avançar em alguns temas pelos quais a Presidência sinta uma especial inclinação ou visualize desde sua perspectiva como relevantes para colocar na agenda, seja para adotar algumas decisões, para orientar a Secretaria ou para gerar a necessária reflexão política que posteriormente dê lugar a decisões necessárias para a Associação.

Neste sentido, esperando contar, em seu momento, com o acordo da Mesa e de todos os senhores Representantes, desejaria indicar os cinco temas que procuraremos impulsionar durante este semestre, confiando em deixá-los avançados e encaminhados, quando nos corresponda entregar esta responsabilidade.

1) Logicamente retomar o tratamento da Resolução 55 (XII) à luz dos acordos CAN – MERCOSUL, e levando em conta também os desafios de relacionamento hemisférico que estamos encarando.

2) Avançar no mandato da Resolução 56 (XII), que até o momento não foi tratado em sua totalidade.

3) Finalizar o estudo e tratar no Comitê, em seu momento, o projeto de digitalização do sistema de certificação de origem.

4) Impulsionar um evento de análise sobre o financiamento do comércio na região.

5) Fazer as consultas e, em seu caso, iniciar os trabalhos prévios para convocar o Décimo Terceiro Conselho de Ministros da Associação.

Tanto no que se refere à Resolução 55 (XII), como as matérias que necessariamente deveria analisar o Conselho de Ministros, permito-me, para finalizar esta introdução, fazer uma breve consideração. Nestes momentos, em matéria de integração, os processos políticos e as aproximações comerciais que eles sustentam, aceleraram, e cada dia temos novas e reiteradas manifestações de uma renascida vontade.

No meu modesto entender, esta nova eclosão de iniciativas integracionistas que, depois de 20 anos de preeminência do tema tarifário, transcende o comercial e que incorporando novos temas se adapta ao século XXI, na proposta e de alguma maneira recupera o sentido estratégico e geopolítico originário, requer de novas e imaginativas e de urgentes respostas institucionais.

Desejo manifestar que a atual efervescência integracionista endógena e exógena, com diferentes profundidades e, uma arquitetura e até uma carpintaria, ainda difusas, necessita de um âmbito em que se encontrem as posições, em que se faça o intercâmbio dos projetos, se harmonizem as idéias e se estabeleçam os máximos comuns denominadores.

Neste sentido, a ALADI, como já vem dizendo, cada vez com maior clareza, nossos líderes e especialistas de diferentes níveis e âmbitos, aparece novamente como um referente muito importante, cuja valoração aumenta mais uma vez.

Queridos colegas, desta maneira desejaria deixar esboçado o que, a partir das atuais competências da Presidência do Comitê, tentaremos impulsionar e levar adiante, naturalmente com a anuência dos senhores e da Secretaria.

Então, continuaremos com a Ordem do Dia.

## 2. Assuntos em pauta.

...Corresponde tratar o ponto 2, Assuntos em Pauta. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Antes de dar leitura aos Assuntos em Pauta desejaria, brevemente, agradecer muito a oportunidade que tivemos de trabalhar de perto com o Embaixador Bernardo Pericás, a quem felicitamos pela sua excelente gestão na Presidência e não somente apreciamos novamente suas qualidades como profissional da diplomacia, mas também descobrimos uma pessoa com grande sensibilidade e de uma personalidade fascinante, sendo um

grande companheiro de viagem nesta dura batalha pela integração desde sua Presidência no Comitê de Representantes.

Por isso, senhor Presidente, permito-me em nome da Secretaria-Geral deixar expressa constância de nossas felicitações pela magnífica gestão desenvolvida pelo Embaixador Pericás, que sabemos continuará realizando agora em sua função plena como Representante Permanente de seu país.

Desejo-lhe, senhor Presidente, muitos êxitos em sua gestão, que hoje se inicia e, certamente, já se iniciou na semana passada, pois já antes começamos a trabalhar, mas agora formalmente, e esperamos poder continuar coordenando ações para que nossa integração, no âmbito da ALADI continue coordenando ações para se aprofundize e consolide permanentemente. Desejamos-lhe, em nome da Secretaria-Geral, muito sucesso à frente desta nova atividade que hoje começa a desenvolver.

Voltando ao temário da Agenda, senhor Presidente, os Assuntos em Pauta figuram na documentação que sempre é distribuída às Representações Permanentes, e faz parte da presente ata.

“1. Representação Permanente da Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota No. 4/04 de 20/01/04.

Comunica que o senhor Ministro Ricardo Hartstein foi designado Representante Alternativo, por Decreto No. 19/04, publicado no Boletim Oficial, de 9/01/04.

2. Representação Permanente do Equador. Nota No. 03/ALADI/2004, de 16/01/04.

Comunica que o senhor Ministro Juan Larrea Miño, foi designado Representante Alternativo.

3. Representação Permanente da Bolívia. Nota 008/2004, de 02/02/04.

Comunica o término de funções da Adjunto Civil Ana María Santa Cruz a partir de 31 de março deste ano.

4. Representação Permanente do Paraguai. Nota 4/002/04, de 02/01/04.

Comunica que o senhor Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi foi designado Conselheiro, mediante Decreto no. 803 do Poder Executivo, de 7/11/2003.

5. Representação Permanente do Paraguai. Nota 4/001/04, de 02/01/04.

Comunica que a senhora María Inés Benítez Riera foi designada Segunda Secretária, mediante Decreto no. 805 do Poder Executivo, de 7/11/2003.

6. Representação Permanente da Argentina. Nota 01/04, de 08/01/04.

Comunica que cumpriram-se os requisitos internos necessários para a entrada em vigor do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 48.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1701.

7. Representação Permanente da Argentina. Nota 06/04, de 21/01/04

Comunica que o Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 36 foi aprovado por Lei cuja cópia consta em anexo.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1721.

8. Representação Permanente do Brasil. Nota no. 116, de 23/12/2003.

Envia os originais do Primeiro e Segundo Protocolos Adicionais ao Acordo de Alcance Parcial assinado entre a República Federativa do Brasil e a República de Guiana.

Será publicado como documento ALADI/CR/di

9. Delegação Permanente do Brasil. Nota no. 07, de 13/01/04.

Comunica que por Decreto, em anexo, foi internalizado o Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 39.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1704.

10. Representação Permanente do Chile. Nota no. 88, de 22/12/2003.

Comunica que foram publicados no Diário Oficial os Decretos mediante os quais se promulgaram os Trigésimo Quinto e Trigésimo Sexto Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica no. 35.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1698.

11. Representação Permanente do Equador. Nota no. 1, de 09/12/2004.

Comunica que mediante Decreto Executivo se prorrogam os Acordos de Complementação Econômica assinados pelo Equador com os diferentes Países-Membros do MERCOSUL.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1702.

12. Representação Permanente do Peru. Nota no. 4, de 22/01/04.

Envia cópia do decreto pelo qual entra em vigor o Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 39.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1719.

13. Representação Permanente do Peru. Nota no. 5, de 22/01/04.

Envia cópia do Decreto pelo qual entra em vigor o Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação no. 33.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1720.

14. Representação Permanente do Peru. Nota no. 6, de 22/01/04.

Envia cópia do Decreto pelo qual entra em vigor o Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação no. 20.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1718.

15. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota no. 13/04, de 09/01/2004.

Comunica que foi publicado o Decreto pelo qual o Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação no. 23 foi incorporado por Ato Administrativo, mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1710.

16. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota no. 12/04, de 09/01/2004.

Comunica que foi publicado o Decreto pelo qual o Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação no. 33 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1709.

17. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota no. 14/04, de 09/01/2004.

Comunica que foi publicado o Decreto pelo qual o Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 28 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1711.

18. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota no. 11/04, de 09/01/2004.

Comunica que foi publicado o Decreto pelo qual o Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial no. 5 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1707.

19. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota no. 9/04, de 09/01/2004.

Comunica que foi publicado o Decreto pelo qual o Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial no. 25 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1708.

20. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota no. 10, de 09/01/2004.

Comunica que foi publicado o Decreto pelo qual o Vigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial no. 13 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1706.

21. Representação Permanente da Venezuela. Nota no. 19, de 29/01/2004.

Envia cópia da Gazeta Oficial na qual se publicam as Resoluções pelas quais se adotam os seguintes instrumentos de prorrogação: Acordo de Complementação Econômica no. 48 (Quinto Protocolo Adicional); Acordo Comercial no. 5 (Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional); Acordo de Complementação Econômica no. 39 (Décimo Protocolo Adicional); Acordo de

Alcance Parcial de Renegociação no. 25 (Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional); Acordo Comercial no. 13 (Quinto Protocolo Adicional); e Acordo de Alcance Parcial de Renegociação no. 21 (Décimo Quinto Protocolo Adicional).

Serão publicados como documentos ALADI/CR/di.

22. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Brasil: US\$ 493.120,55 como parte da contribuição do ano 2003.

Brasil: US\$ 405.949,01 correspondente a: US\$ 380.510,21 a cancelamento da contribuição do ano 2003; US\$ 25.438,80 como parte dos custos financeiros 2003.

Venezuela: US\$ 31.803,88 como pagamento de parte de contribuição de 2003.

23. Peru. Vigência do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 48, assinado entre a Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, Países-Membros da Comunidade Andina e a República Argentina (ALADI/CR/di 1713).

24. Colômbia. Vigência do Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 39 e do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 48 assinados com o Brasil e com a Argentina, respectivamente (ALADI/CR/di 1714).

25. Relatório de seguimento das atividades sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (ALADI/SEC/di 1809).

26. O comércio negociado no âmbito da ALADI e o conteúdo tecnológico do comércio intra-regional (ALAD/SEC/Estudo 163).

27. Relatório de acesso à página WEB da ALADI (Segundo Relatório Semestral 2003) (ALADI/SEC/di 1810).

28. Relatório das atividades realizadas no ano 2003 no marco do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo (PMDERs) (ALADI/SEC/di 1808)."

---

...Nesse sentido, desejo informar que nos assuntos em pauta vou destacar, em primeiro lugar, uma nota enviada pela Representação Permanente da Argentina, mediante a qual comunica que o senhor Ministro Ricardo Hartstein foi designado como Representante Alternativo. Ficamos à espera da comemoração de estilo, por esta designação do Ministro Hartstein como Alternativo.

Igualmente, senhor Presidente, recebemos notas da Representação Permanente do Equador, comunicando a designação do Ministro Juan Larrea Miño como Representante Alternativo de seu país perante o Comitê, desejamos-lhe muitos êxitos e damos as boas-vindas a suas funções.

Ademais, recebemos duas notas da Representação Permanente do Paraguai mediante a qual comunica, em primeiro lugar, a designação do Conselheiro Marcelo Scappini Ricciardi e, em segundo lugar, a designação da Segunda Secretária María Inés Benítez Riera para colaborar nas tarefas da Representação Permanente. Damos também as mais cordiais boas-vindas ao Conselheiro Scappini a quem já conhecemos. Compartilhamos alguns trabalhos, não precisamente na Sede, mas em outras oportunidades e desejamos-lhe muitos êxitos em suas atividades em sua Representação Permanente.

Recebemos outra nota da Representação Permanente da Bolívia, mediante a qual nos comunica o término de funções da Adjunto Civil Ana María Santa Cruz de Chamón, a partir de próximo 31 de março.

Por outro lado, corresponde informar que recebemos duas contribuições da Delegação do Brasil, pelos montantes, em sua ordem, de US\$ 493.120, 55 e de US\$ 405.949,01, cancelando, dessa forma sua contribuição correspondente ao ano 2003, bem como seus custos financeiros.

Por outro lado, devo registrar que recebemos da Venezuela, uma contribuição de US\$ 31.803, 88 como pagamento de parte da contribuição do ano 2003.

Também quando iniciávamos os trabalhos desta manhã, recebemos uma comunicação da Representação Permanente do México, mediante a qual completa a contribuição do ano passado. Não tenho comigo a quantia, mas queremos que conste em ata.

Por outro lado, senhor Presidente, nos Assuntos em Pauta deveríamos destacar três aspectos. Em primeiro lugar, já figuram todos os documentos enviados pelas diferentes Representações, mediante os quais se informam as vigências dos diferentes Protocolos, assinados no final do ano passado, prorrogando a vigência dos diferentes Acordos.

Distribuímos o Estudo 163 “O comércio negociado no âmbito da ALADI e o conteúdo tecnológico do comércio intra-regional”, documento que destacamos pela sua qualidade, que será apresentado oportunamente em uma sessão deste mesmo Comitê de Representantes.

Finalmente, desejo informar que no decorrer da semana passado assinei um Acordo com a Fundação Sistemas de Orquestras Juvenil e Infantis do Uruguai, que é uma entidade benéfica, sem fins de lucro e em nosso afã de contribuir no desenvolvimento de atividades culturais da Associação, e não somente da Associação, mais do que isso, de dar uma contribuição à sociedade do país sede, já que esta Fundação se nutre, fundamentalmente de crianças carentes, assinamos um convênio e, portanto, possivelmente, no futuro, todos os concertos que ofereça esta sinfônica juvenil e infantil do Uruguai se realizem com os auspícios da ALADI. Esta Acordo foi assinado na quinta-feira da semana passada em nossa Sede.

Por outro lado, senhor Presidente, desejo informar que no final de semana viajarei à cidade de Havana, em Cuba, para participar do VI Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento convocado pela Associação de Economistas da América Latina e o Caribe e a Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba.

Igualmente, desejo informar que nessa oportunidade, terei ocasião de fazer contatos, de maneira oficial, com várias autoridades do Governo desse país, a fim de tratar diversos temas relativos à participação de Cuba no âmbito da Associação. Queria que isto constasse em atas.

Em termos gerais, senhor Presidente, isso é tudo o que tínhamos para informar em matéria de Assuntos em Pauta e obviamente devido às festas de fim de ano há tempo que o Comitê não se reúne. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral por estas informações. Se os senhores não tem observações sobre Assuntos em Pauta passamos ao ponto seguinte.

3. Consideração das atas correspondentes às 852a. e 853a. sessões.

...Corresponde considerar as atas das sessões 852ª. e 853ª. Submetem-se a consideração do Comitê. Não havendo observações, aprovam-se.

4. Ordem de votação nominal do Comitê de Representantes (Artigo 20 da Resolução 1).

...A continuação corresponde, segundo estabelecido pela Resolução nº 1 do Comitê de Representantes, sortear a ordem de votação deste Comitê.

Em conseqüência, solicito à Secretaria proceda com este trâmite.

- Realiza-se o sorteio.

SECRETÁRIO-GERAL. A ordem de votação é: Brasil, Bolívia, Uruguai, Peru, Paraguai, Argentina, Venezuela, Equador, Cuba, Colômbia, Chile, México. Obrigado.

PRESIDENTE. Desta forma, fica estabelecida a ordem de votação deste Comitê.

5. Relatório do Secretário-Geral sobre a situação financeira da Associação.

...O ponto seguinte é um Relatório do Secretário-Geral respeito à situação financeira da Associação. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Queria informar que começamos as operações do mês de fevereiro com um montante de perto de US\$ 135.000, disponíveis nas contas bancárias da Associação, para ser mais precisos, US\$ 134.989. Se hoje tomássemos a decisão de não realizar nenhum pagamento e de cancelar somente as despesas do mês, estariam faltando US\$ 135.000. Em total os gastos comprometidos que vencem este mês e que incluem juros de empréstimos que tem a Associação com diversos bancos da praça, e com o fundo de previdência, seriam US\$ 218.500 adicionais aos que hoje dispomos em caixa. Se a isto acrescentamos o que está previsto gastar no mês de março, teríamos uma projeção de gastos de US\$ 563.000.

Até a data, Senhor Presidente, a dívida exigível aos países-membros até 31 de janeiro deste ano, a cifra que vou dar ainda não contempla os US\$ 34.000 que acaba de pagar o México neste momento, é de US\$ 7.386.183,64. Tecnicamente é uma empresa quebrada, absolutamente.

Senhor Presidente, novamente, isto vai implicar o atraso no desenvolvimento de algumas atividades. Já fizemos e uma avaliação do cumprimento do Programa de Atividades da Associação durante o ano passado, que publicaremos e apresentaremos na próxima sessão do Comitê, no qual ficará claramente evidenciado que somente se realizaram aquelas atividades que podíamos desenvolver exclusivamente com o pessoal da ALADI. Não houve atividades em matéria de consultorias, exceto muito poucas relativas ao cumprimento dos programas estabelecidos no âmbito do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Isto, senhor Presidente, esta sendo uma situação recorrente, desgastante, especialmente para a Secretaria-Geral, porque todos os dias devemos decidir que gastos podemos fazer. Faço, sinceramente um chamado, de novo, para ver as possibilidades que temos de ir cumprindo com os compromissos que têm com a Associação, honrar os compromissos adquiridos com a Associação, já que isto prejudica a própria eficácia da mesma.

O mês de dezembro foi terrível neste Edifício. Pudemos atender o pagamento dos compromissos salariais apenas em 7 de janeiro deste ano. Como os senhores compreenderão isso afeta muito a produtividade e a dedicação e, obviamente, desestimula a atividade dos funcionários.

Tenho a firme esperança de que neste último ano que me corresponde exercer a administração desta organização possamos contar com algum tipo de paz e de tranquilidade nesta matéria. Caso contrário, novamente estaremos enfrentando, como no passado recorrentemente esta situação de incerteza que, obviamente, afeta diretamente a cúpula diretiva da Associação quanto à orientação das atividades que se desenvolvem, mais da metade do tempo nosso tivemos de dedicá-lo a tarefas que considerávamos superadas.

Desejo destacar também, que com base no esforço que fizemos no final de 99 e no decorrer de 2000, a captação de recursos alcançou nesse ano pouco mais de US\$ 6.044.000, entanto nos anos 2001 e 2002 as contribuições efetivas dos países alcançaram os montantes de US\$ 4.663.000 e US\$ 4.305.000, respectivamente. As contribuições do ano passado foram de US\$ 3.750.579,56. Ou seja, praticamente recebemos as três quartas partes do orçamento previsto para o ano.

Insisto novamente em que tudo tem um efeito direto sobre o nosso trabalho, afetando a presença da Associação em diversos foros internacionais. Foi muito difícil consolidar a posição da Associação nesses foros e lamentavelmente não pudemos atender uma série de atividades que tínhamos programado, que tínhamos previsto para continuar com o bom andamento desta Associação nestes momentos.

Portanto, solicito encarecidamente que façamos um esforço entre todos, para ver como atendemos esta situação, o quanto antes, já que francamente -este ponto inclusive foi incluído ontem na agenda por parte da Mesa Diretriz- porque no pessoal já me cansa dar este discurso permanentemente neste foro e em todos aqueles nos quais se verifica a situação orçamentária e financeira da Associação.

Senhor Presidente, senhores Representantes, gostaria que tomassem nota destas palavras, e que fizessem as gestões pertinentes para dar as orientações que correspondam. A Secretaria-Geral vai continuar trabalhando, é um compromisso que temos, vamos continuar fazendo o esforço, com muita valentia, mas indubitavelmente como diz o refrão "amor com fome não dura". Portanto, senhor Presidente, solicito dar atendimento a esta situação no prazo mais breve possível. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário. Quis lembrar outro refrão também que diz: "contigo pão e cebola".

- Hilaridade.

Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Agustín Espinosa Lloveras). Sem prejuízo de entrar no tema orçamentário com maior profundidade creio que, dentro das prioridades que a Presidência fixou, possamos encontrar o caminho que deverá continuar a Associação quanto a seus objetivos fundamentais, trabalho que esperamos se realize durante sua Presidência, e que determinará depois uma análise de orçamento, porque obviamente, essa ALADI que todos imaginamos deverá ter uma sustentação orçamentária e isso necessitará uma consideração muito séria por parte de todos nós.

Desejo simplesmente anunciar que na sexta-feira estaremos entregando à Secretaria um cheque de US\$ 150.000 como parte da quota completa e esperamos, nas próximas semanas fazer entrega do restante dessa quota por US\$ 90.000. Esse cheque deveria ter sido entregue no mês de dezembro, mas o recesso do verão afetou o tesouro nacional.

Esse era o anúncio que queria fazer mas me reservo, como Delegação do Uruguai, a possibilidade de voltar ao tema do orçamento em sua globalidade, diretamente vinculado à análise que este Comitê deverá fazer sobre os objetivos desta Associação, à luz dos fatos ocorridos na região em matéria de acordos de integração que, de alguma maneira, vão obrigar-nos a este a realizar este trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. Tem a palavra o Embaixador Olima da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido que a Representação do Uruguai, também a Argentina tinha anunciado no final do ano passado uma contribuição de US\$ 300.000 que pelas festividades se demorou, de tal maneira que esta sexta-feira também estaríamos entregando um cheque por US\$ 300.000 como parte da dívida da Argentina.

Mas, aproveito também a oportunidade para manifestar que creio que está no espírito de todos e celebro que o Presidente o tenha tratado, a necessidade de –já falamos obre isso de forma reiterada- repensar a ALADI, à luz de todos os processos que se foram acontecendo nos últimos tempos na região.

Obviamente que isto também vai levar à necessidade de repensar a parte orçamentária da ALADI. Quando falo da parte orçamentária, desejo aprofundar um pouco mais no tema. Creio que devemos considerar um mecanismo mais moderno de fixação das contribuições dos países. Concretamente penso que devemos fazer uma espécie de relançamento da ALADI, com uma reflexão profunda sobre seus objetivos, seu modo de encará-lo, suas contribuições orçamentárias, etc. Este não é o momento para tratar o tema, mas aproveitando seu plano de ação que compartilho e as palavras do Embaixador Espinosa, queria deixar já estabelecida a orientação da Delegação Argentina. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador.

Alguém deseja fazer algum comentário sobre este tema? Então presumo que, depois de escutar as manifestações do senhor Secretário e dos Embaixadores Espinosa y Olima, quanto ao chamado feito pelo Secretário de que nesta conjuntura devemos tratar de pressionar um pouco nossos Ministros da Fazenda e nossas Chancelarias para que as quotas, pelo menos as quotas do ano vigente, sejam canceladas, no prazo mais breve possível, ou pelo menos, que alguns países que no podem cumprir totalmente com sua dívida realizem algumas contribuições.

6. Solicitação de outorga da condição de Observador da ALADI junto à Organização das Nações Unidas (Nota: ALADI/SG.736/03, de 22.12.03 e ALADI/CR/di 1715, 1716 e 1717).

...A continuação corresponde tratar o ponto 6 da Ordem do Dia, sobre a solicitação de outorga à ALADI da condição de Observador junto à Organização das Nações Unidas.

Como os senhores lembrarão esta matéria foi tratada no final do ano passado e nessa oportunidade decidiu-se abrir um período de consideração por parte das Delegações de tal forma de que a Secretaria pudesse recolher opiniões daqueles que desejassem manifestar ou solicitar algum tipo de esclarecimento, e até a data receberam-se comunicações da Delegação da Argentina, do México e do Uruguai, e estas comunicações foram publicadas como documento da ALADI e enviadas às Representações.

Este tema requer de um pronunciamento do Comitê para que a Secretaria possa fazer uma solicitação formal. Desejaria lembrar, tal como foi dito em seu momento, que este tema não significa nenhuma obrigação de tipo financeiro para a Associação, e o que permite, porém, dispor de informação relevante e oportuna e, ter acesso a uma série de programas das Nações Unidas.

Não obstante, as notas que recebemos solicitam um maior esclarecimento, em alguns casos deste tema e em outros casos uma consideração maior às implicações de caráter político que isto tenha. Sobre este ponto, ofereço a palavra.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Agustín Espinosa Lloveras). Obrigado, senhor Presidente.

Como é de conhecimento dos senhores, a Chancelaria uruguaia está solicitando um prazo adicional e mais informação e talvez um debate um pouco mais prolongado sobre a conveniência e o interesse de que nossa Associação seja Observadora junto às Nações Unidas.

Transcrevi literalmente o relatório feito pela Direção de Política da Chancelaria, mas na nota da Representação da Argentina encontrei que há elementos muito interessantes que podem, justamente, dar satisfação à Direção de Política Exterior da Chancelaria. Por isso queria informar-lhes que no dia de hoje está enviando o conteúdo da nota da Representação da Argentina que fez um estudo importante sobre os antecedentes em matéria de Organismos Observadores junto às Nações Unidas, assimiláveis ao desta Associação, de forma tal de contribuir a esclarecer as dúvidas que possa ter a Direção de Política Exterior e, por conseguinte, esperamos um pronunciamento, no mais breve prazo possível, mas fica claro que de acordo com o conteúdo da nota, o Uruguai não estaria dando sua aprovação, nas atuais condições, à solicitação feita pela Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra sobre este tema, não sei se as Representações que enviaram notas desejam ampliar ou fazer alguma precisão.

Tem a palavra o Embaixador Pericás.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, não temos nenhum tipo de objeção a que a ALADI solicite a outorga da condição de Observador junto às Nações Unidas. Tenho instruções para expressar este ponto de vista.

Queria aproveitar para sugerir que se considere também, que se solicite à OEA a outorga da condição de Observador. Temos verificado que, por exemplo, a União Européia é, creio, o único Organismo que tem condição de Observador junto à OEA. Consideramos que a ALADI, que tenho entendido desenvolveu programas de cooperação com a OEA, deveria também ter este estatuto e proporia que fosse considerado no mesmo pacote que se solicite à OEA o estatuto de Observador para a ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador.

Então, solicitaria à Secretaria que, com foi feito com as Nações Unidas, nos envie uma nota sobre o que significa ser Observador na OEA e quais são os procedimentos a seguir para que em uma próxima reunião este Comitê tome nota também desta proposta do Embaixador Pericás.

Continuo oferecendo a palavra.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MEXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigado, senhor Presidente.

Evidentemente, foi distribuída nossa nota na qual expressamos nossa posição sobre a solicitação da condição de observador junto à ONU, para o caso da OEA nossa posição seria a mesma. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González). Obrigado, senhor Presidente.

Do ponto de vista jurídico, a Venezuela não tem objeções a essa solicitação e está totalmente de acordo em participar como Observador. Logicamente não se objeta de nenhuma maneira a solicitação, e está totalmente de acordo em participar como Observador. Logicamente se a informação é ampliada deverá ser analisada. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem, muito obrigado.

Naturalmente hoje não vamos entrar ao fundo da questão. Esperaremos receber alguma informação, principalmente sobre o manifestado pelo Embaixador do Uruguai, e em um prazo prudencial trataremos de trazer à mesa novamente este tema, quando já tenha sido mais estudado e submetê-lo à consideração do Comitê para adotar uma decisão definitiva, porque tampouco podemos manter aberto o tema permanentemente.

Por conseguinte, passamos ao ponto seguinte.

7. Apresentação do Estudo: "Estrutura e evolução da pauta exportadora de cada país-membro da ALADI e o papel do comércio negociado" (ALADI/SEC/Estudo 164).

...Corresponde passar agora, segundo a Ordem do Dia à apresentação do Estudo: "Estrutura e evolução da pauta exportadora de cada país-membro da ALADI e o papel do comércio negociado". É o documento ALADI/SEC/Estudo 164. Tem a palavra a Secretaria para sua apresentação.

Tem a palavra o Secretário-Geral Adjunto, Leonardo Mejía.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía). Obrigado, senhor Presidente. Senhores Representantes, o Estudo cujo título consta na projeção foi elaborado pela Secretaria-Geral em cumprimento do Programa de Atividades do ano 2003.

Tem por objetivo, analisar, quantitativa e qualitativamente, a pauta exportadora dos países-membros da Associação para os anos 1997 e 2001, assim como suas principais mudanças.

Propõe também proporcionar insumos para avaliar a qualidade e a evolução da inserção internacional dos países da ALADI em 1997 e 2001, identificando as debilidades e fortalezas na estrutura de exportação de cada um dos países na perspectiva de explorar novas vias de ação.

Qual é a metodologia utilizada? Quais são os aspectos mais destacados da metodologia utilizada para a preparação deste trabalho?

Em primeiro lugar, a definição dos anos a considerar. Foram escolhidos os anos 1997 e 2001 por duas razões:

Para estes anos os países-membros adotaram a mesma versão do Sistema Harmonizado como base de suas tarifas nacionais, permitindo identificar um mesmo produto no início e no final do mesmo, de desta maneira dispor da informação no momento da elaboração do presente Estudo.

Em segundo lugar, as variáveis utilizadas foram as exportações totais de cada um dos países-membros da Associação e as mudanças produzidas em seu comportamento. Estas mudanças foram definidas em termos de inovações, evoluções, extinções e regressões.

Consideram-se inovações os itens para os quais se registraram fluxos de exportação em 2001 e não em 1997. Consideram-se evoluções os itens para os quais se registram fluxos de exportação em 1997 e 2001, e cuja participação nas vendas externas do país se duplicaram. Consideram-se regressões os itens para os quais se registram fluxos de exportações em 1997 e em 2001, e cuja participação nas vendas externas do país diminuíram à metade ou a menos da metade. E consideram-se extensões os itens para os quais registram fluxos de exportações em 1997, mas não no ano 2001.

As mudanças da pauta exportadora, ao igual que as exportações totais dos países da região foram analisadas com base nos seguintes critérios:

Em primeiro lugar, origem setorial, determinado mediante correlação entre a Classificação Internacional Industrial Uniforme, revisão 3, a dois dígitos e as subposições correspondentes a nível de item exportado. A CUCI classifica os dados segundo a classe de atividade econômica, consta de 99 divisões, entre as que se destacam a agricultura,

pecuária, caça e atividades conexas, a extração de petróleo cru e de gás natural, a fabricação de veículos automóveis, entre outros.

O segundo critério é o dinamismo da demanda mundial, para o qual se correlacionou as subposições do Sistema Harmonizado 1996, com a Classificação Uniforme do Comércio Internacional (CUCI).

Com base no crescimento anual do comércio mundial para o período 1990 – 2000 que teve uma taxa cumulativa anual de 6.2%, classificaram-se os produtos exportados em 4 categorias: a categoria muito dinâmica, que expressa uma taxa de crescimento cumulativa anual superior a 11%; a categoria dinâmicos, que expressa uma taxa de crescimento cumulativa anual entre 8 e 11%; os intermediários, uma taxa cumulativa anual entre 5 e 8%; em regressão uma taxa cumulativa anual entre 2 e 5% e os itens em decadência que expressam uma taxa cumulativa anual inferior a 2%.

O critério do destino, em nível de item, foi calculada a porcentagem das vendas destinadas por cada país aos demais países da ALADI. Formaram-se 5 categorias: intra-regional, se a porcentagem de suas vendas destinadas aos demais países-membros da ALADI excedia 80%; predominantemente intra-regional, se a porcentagem se localizava entre 50 e 80%; predominantemente extra-regional, se a porcentagem era superior a 20% e inferior a 50%; e extra-regional, se a porcentagem era inferior ou igual a 20%.

O outro critério, o conteúdo tecnológico estabelecido mediante a classificação da OCDE, que se baseia no quociente para o setor industrial que resulta de dividir as despesas em investigação e desenvolvimento para cada setor industrial. Considera, também, a parte proporcional das despesas em investigação e desenvolvimento dos bens intermediários e de capital utilizados de forma indireta em sua produção.

Para cada item exportado foi correlacionado com a CIIU e procurou-se o conteúdo tecnológico na tabela preparada pela OCDE. De acordo a estes critérios foram identificados quatro grupos de indústrias, de acordo com sua intensidade tecnológica na tabela preparada pela OCDE. De acordo a estes critérios foram identificados quatro grupos de indústrias, de acordo a sua intensidade tecnológica: de conteúdo alto; meio alto; meio baixo e baixo.

Em relação aos parâmetros: queremos manifestar que a eleição dos mesmos que definem as evoluções e as regressões; 2 para o caso das evoluções e 0.5 para o caso das regressões. Embora implique determinado grau de discricionariedade, resultou de simulações realizadas para a maioria dos países da Associação, a partir das quais os parâmetros escolhidos são os que permitem contar com a quantidade de itens e o comércio envolvidos que, como média, abrangiam uma porcentagem significativa do total.

Para calcular a participação dos produtos por destinos nas exportações totais de cada país, utilizou-se um índice de concentração, denominado entropia, seus resultados permitem conhecer a incidência que tem a concentração das exportações de bens com pouco dinamismo da demanda mundial nas relações de intercâmbio e na duração dos recursos invertíveis.

Uma vez identificados os produtos que modificam a pauta exportadora, aprofundou-se a análise para aqueles catalogados como inovações e evoluções e cujas exportações se destinaram fundamentalmente à região.

Para os itens resultantes, foram analisadas as preferências concedidas no marco dos Acordos de Complementação Econômica denominados de “Terceira Geração” assinados por cada país. Estes acordos são suficientemente representativos em razão do comércio realizado por meio deles. No ano 2000, estes acordos representaram 86% das compras realizadas mediante os Acordos de Complementação Econômica.

Quais são as principais conclusões que se podem tirar deste Estudo?

De uma média de 7.386 itens considerados por país, 53,2% registrou comércio. Desse total, como média 76% contribuiu a modificar a pauta exportadora conforme os parâmetros preestabelecidos antes mencionados, significando 26,4% das exportações totais registradas em 2001.

Dos itens restantes 24% não respondeu aos parâmetros antes referidos, isto é, não chegou a duplicar-se, no caso das evoluções, nem tampouco reduzir-se à metade no caso das regressões. Em geral, estes itens correspondem a produtos que alcançaram certo grau de maturidade e/ou um nível que dificilmente pode aumentar, não contribuindo assim a gerar mudanças significativas na pauta exportadora dos países-membros da Associação.

Dos produtos que modificaram a pauta exportadora, 22,3% dos itens respondeu às inovações, 9,5% às regressões, 17,6% às evoluções e 16,5% às extinções, o qual nos permite concluir que não existe uma tendência predominante de nenhuma destas categorias em nível regional. O comentado pode apreciar-se facilmente no quadro que consta na projeção.

Conforme a intensidade das mudanças os países-membros podem ser agrupados em três categorias:

Bolívia, Paraguai e Uruguai: apresentaram a maior porcentagem de exportações analisadas por meio de itens catalogados como inovações ou evoluções; canalizaram a maior porcentagem de suas exportações por meio de novos itens de inovações, que se incorporaram a suas respectivas pautas exportadoras. Isso se explica, em parte, pelo fato de que exportam uma reduzida quantidade de itens do total de sua nomenclatura nacional.

A Argentina, Brasil, Colômbia e México, seria outra categoria na qual as principais mudanças resultaram, fundamentalmente, das exportações registradas nos produtos caracterizados como evoluções; isto é, que incrementaram sua participação no total das vendas entre os dois anos analisados; exportam a maior parte de itens de sua nomenclatura; em comparação com os demais países-membros da ALADI, suas vendas incorporaram maior conteúdo tecnológico e também, de alguma maneira, maior dinamismo em nível da demanda mundial.

O Equador, Chile, Cuba, Peru e Venezuela, que corresponde aos demais países, sua pauta de vendas por produto não experimentou mudanças significativas em 2001 em relação a 1997; em geral, incorporaram uma quantidade reduzida de produtos a sua estrutura de exportação e suas colocações são relativamente concentradas.

Em relação à distribuição setorial cabe mencionar que em 1997 e 2001 as exportações totais dos países da Associação corresponderam, fundamentalmente, a produtos manufacturados, 66% em 1997 e 67% em 2001, destacando-se por sua importância a Divisão 15 da CIIU, Alimentos e bebidas, a 27, Fabricação de metais comuns e a 24, Produtos químicos. Esclarece-se que as exportações da Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela não foram predominantemente de produtos manufacturados.

Quanto às mudanças, a reorientação setorial registrada não chegou a modificar a significação dos produtos manufaturados no total. Não obstante, o conjunto de novos produtos, inovações, bem como os que aumentaram sua participação, evoluções, caracterizam-se por uma maior orientação industrial que a registrada pelas vendas totais.

Qual foi o comportamento das exportações regionais em relação ao dinamismo da demanda mundial? As exportações totais dos países da ALADI corresponderam, fundamentalmente, a itens em regressão e decadência, 67,3% no ano 97 e 61,2% no ano 2001. Outrossim, a maioria dos países da região registraram uma menor proporção de exportações dinâmicas e muito dinâmicas, 6,2% em 1997 e 8,4% em 2001.

Em termos gerais, poderiam distinguir-se dois casos: um padrão de vendas no qual predominariam as exportações de produtos com significativo crescimento em nível do comércio mundial, tal como acontece com o México e a Bolívia no ano 2001, e outro no qual prevaleceriam os produtos cuja participação no mencionado comércio parece relativamente pouco dinâmica.

No quadro seguinte pode se apreciar o comportamento das exportações de cada país da ALADI, segundo o dinamismo da demanda mundial, no qual é muito notória a participação do México, ou nas exportações do México, as qualificadas como exportações dinâmicas e muito dinâmicas.

No caso da Bolívia, seu posicionamento no ano 2001 obedeceu ao aumento de suas exportações de gás natural, produto considerado qualificado como dinâmico em nível da demanda mundial.

É importante destacar que, não obstante a preeminência das exportações de produtos em regressão e decadência, as principais mudanças se vincularam com os de maior dinamismo, cuja significação aumentou. Isso se deve a que as exportações dos produtos catalogados como inovações e evoluções, que tiveram uma participação de 16,8%, evidenciaram maior dinamismo que o registrado em nível das extinções e regressões, que representaram 7%.

Em relação às vendas de cada país destinadas aos demais países-membros se destaca que, nas exportações globais efetuadas pelos países da Associação, o mercado regional não constitui seu destino privilegiado. Nesse sentido, nos dois anos analisados aproximadamente 76% das exportações totais da região tiveram um destino principalmente extra-regional.

Além das variações produzidas entre 1997-2001, somente para quatro países, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, as vendas destinadas para a região superam 40% das totais. No caso da Bolívia e do Paraguai, é importante manifestar que sua mediterraneidade acentuou sua dependência regional, em especial em relação a seu vizinhos.

Em oposição a isso, a escassa vinculação comercial do México com os demais países da Associação poderia estar relacionada com distância desse país em relação a estes e por sua significativa gravitação com relação aos Estados Unidos.

Apesar da majoritária orientação extra-regional das exportações realizadas pelos países da região, evidencia-se um leve aumento da importância das vendas dos itens intra-regionais, produto de sua maior significação nas inovações e evoluções, que representaram 30,9% em relação às regressões e extinções, que alcançaram 25%. Outrossim, as duas

primeiras categorias antes mencionadas se caracterizaram por revestir uma maior orientação regional em relação às exportações totais.

Da análise dos itens catalogados como inovações e evoluções e cujas exportações se destinaram preferentemente para a região, pode concluir-se que em termos gerais, assistiu-se a um aprofundamento das preferências que lhe concederam no marco dos Acordos de Terceira Geração; as exportações de conteúdo tecnológico alto e meio alto nesses itens representaram uma percentagem similar em nível intra-regional e no marco dos Acordos de Terceira Geração.

Não obstante o anterior, as exportações nos itens considerados, compreenderam um maior conteúdo tecnológico que o registrado em nível do total. Isto estaria evidenciando a melhor qualidade das colocações intra-regionais em relação às extra-regionais neste subconjunto de itens analisado, isto é, inovações e evoluções.

Quanto ao conteúdo tecnológico, o Estudo permite concluir que a média das exportações totais da região foi 48,6% e 48,3% em 1997 e 2001, respectivamente, ao qual devemos acrescentar a importância dos produtos não industriais, com uma média de 37,4% e 35,6% em 1997 e 2001, respectivamente.

Excetuando o caso do México, os países da região exportaram, principalmente, produtos de baixo conteúdo tecnológico e manufaturas baseadas em recursos naturais e de intensidade intermediária, tal como acontece no caso do Brasil.

Estes comentários podem ser apreciados no gráfico seguinte, no qual são muito claras as participações nas exportações do México e do Brasil, as de alto e médio alto conteúdo tecnológico.

Das exportações de produtos catalogados como inovações e evoluções, as de alto e médio alto conteúdo tecnológico, que representaram 29,5%, são mais significativas que aquelas constatadas em nível das extinções e regressões, que representaram 19%.

O índice de entropia calculado para medir o grau de concentração por produtos e mercados nos permite apreciar, em relação à concentração por produtos, que a Venezuela, Cuba e os países de menor desenvolvimento econômico relativo são os que exibem um índice de entropia mais elevado.

A Argentina, o México e o Brasil têm uma estrutura de vendas externas mais diversificadas, os demais países têm uma situação intermediária entre as anteriormente referidas.

Em relação à concentração por destino, o índice de entropia nos permite apreciar que o México é o país que registra o maior índice de entropia, isto é, que concentra suas exportações em um reduzido número de mercados.

A Argentina e o Brasil mostram maior diversificação geográfica e os demais países ocupam uma posição intermediária.

Os gráficos anteriormente analisados permitem concluir que o México, e em menor medida a Colômbia e o Uruguai, concentram suas exportações por mercados de destino; o Chile e o Peru: mostram concentração de suas exportações por produtos contrarrestada pela maior diversificação de seus mercados de destino; os países de menor desenvolvimento econômico relativo, Cuba e Venezuela, representam uma concentração

conjunta de suas vendas externas por mercados de destino e produtos e; Argentina e Brasil, mostram exportações relativamente mais diversificadas por mercados de destino e produtos.

Com base no anteriormente analisado, ressaltando os aspectos mais substantivos, desejaríamos formular uma conclusão de caráter geral e uma recomendação.

Com base nos resultados obtidos através deste Estudo, depreende-se que a maioria dos países da região articulam suas exportações em torno a produtos manufaturados, de escasso valor agregado, não necessariamente dinâmicos, e que são ademais de baixo conteúdo tecnológico.

Isto leva a supor que para incrementar as correntes comerciais, em especial as destinadas à região, dever-se-ia privilegiar o desenvolvimento produtivo, para cujo efeito seria necessário incorporar novos enfoques, como o de desenvolvimento de cadeias produtivas entre pares ou grupos de países com potencial exportador, não somente para facilitar um maior intercâmbio dos países-membros da Associação, mas para melhorar a competitividade no mercado internacional.

No documento que os senhores receberam consta, como anexos gráficos, as mudanças ocorridas nos anos analisados, tanto para as exportações totais como para variáveis e critérios utilizados para a preparação deste trabalho. Não vamos analisá-lo por questão de tempo.

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito bem, muito obrigado Embaixador Mejía por sua apresentação.

Creio que este Estudo, como o que habitualmente nos apresenta a Secretaria nos permite ter uma visão mais completa sobre o funcionamento do comércio intra-regional e extra-regional e, neste caso específico, da conexão ou desconexão de nosso comércio com a demanda dinâmica mundial.

Em relação a este tema tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Coincidimos com o senhor e desejaríamos felicitar a Secretaria por este muito importante documento. Este é o tipo de documentos que nos permitem ao Comitê e aos países-membros conhecer o perfil de produção e exportação dos países-membros da Associação.

Dos dados registrados no Estudo, depreende-se que os produtos da região, em termos gerais têm um conteúdo tecnológico baixo ou intermédio; que evidentemente é um indicador do grau de competitividade de nossas produções.

Certamente, como mencionava o Secretário-Adjunto Mejía, a competitividade é um elemento essencial para poder inserir nossa produção no mundo. Por conseguinte, concluímos também em que ser mais competitivos é uma meta que implica trabalhar tanto ou mais que na desgravação tarifária, nos serviços e nos investimentos. Isso, em conjunto, o que nos dará a competitividade de nossos produtos.

Finalmente, desejaríamos fazer uma observação em relação a metodologia do trabalho, no que se refere a aqueles produtos ou relações que se consideraram como Acordos de Terceira Geração. Neste caso, não se está considerando à Comunidade

Andina dentro deste universo de produtos negociados como Acordos de Terceira Geração, que seria conveniente considerar porque, caso contrário, podemos chegar a ter algumas distorções nas relações entre a Comunidade Andina com os demais países-membros da Associação.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado por seus comentários. Sobre este Estudo tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Tinha pedido a palavra e como me antecedeu a Representação do México, expressou parte do que tinha pensado, mas, de qualquer maneira, desejo deixar registradas minhas congratulações à Secretaria-Geral pela qualidade, pela informação e pela apresentação deste Estudo, que tanto beneficia nossos países.

Minha primeira reação frente ao Estudo é o desejo de que nossas entidades promotoras de exportações, nossos Ministérios e Autoridades de Comércio Exterior em nossos países o conheçam de primeira mão para que possam ter uma reação e que essas reações sejam realimentadas devolvidas, na medida do possível à Secretaria-Geral para que este seja um Estudo dinâmico, não somente que seja analisado o dinamismo de nosso comércio exterior, mas que esteja em contínuo movimento. Por conseguinte, agradeço à Secretaria este trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora.

Não há dúvida alguma que este é um Estudo muito importante, tanto para as entidades de nossos países, dedicadas ao desenvolvimento produtivo como para os que realizam as exportações.

O Secretário Mejía, diz que, efetivamente, o Estudo será entregue às entidades registradas na Associação relacionadas com estes dois âmbitos, sem prejuízo do que cada uma de nossas Delegações faça, logicamente, para difundir o Estudo no âmbito nacional. Creio que as organizações empresariais também teriam muito interesse em conhecer o trabalho.

Continuo oferecendo a palavra sobre este tema..

Agradecemos, então ao Secretário Mejía e aos membros da Secretaria que participaram do Estudo pela apresentação realizada e por este trabalho.

8. Apresentação do Estudo: "Identificação dos principais problemas fronteiriços que obstaculizam os intercâmbios comerciais da Região" (ALADI/SEC/Estudo 165).

...Passamos ao seguinte ponto que é a apresentação do Estudo "Identificação dos principais problemas fronteiriços que obstaculizam os intercâmbios comerciais da Região".

Ofereço a palavra à Embaixadora, Secretária-Adjunta María Teresa Freddolino.

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA (María Teresa Freddolino). Muito obrigado, senhor Presidente. O Escrivão Hugo Luraschi fará uma apresentação do Estudo.

SECRETARIA (Hugo Luraschi). Obrigado.

O Estudo que hoje apresentamos tem como antecedente imediato o documento ALADI/SEC/di 1443, que foi um relatório sobre os avanços alcançados em matéria de integração transfronteiriça entre os países-membros, oportunamente apresentado neste Comitê. Uma das grandes conclusões adotadas sobre o mesmo foi a elaboração deste documento, a identificação dos principais problemas fronteiriços que obstaculizam os intercâmbios comerciais da Região.

Um dos obstáculos mais importantes que enfrenta a mobilização dos fluxos de comércio que geram atualmente os países da região, são indubitavelmente, os elevados custos que estão implícitos nos sistemas de distribuição que se utilizam.

Estes custos elevados, têm como causa direta uma variada série de componentes, entre os quais figuram os controles que se realizam nas interfaces da cadeia de distribuição. Diria que estes são um dos exemplos mais significativos.

De acordo com as investigações realizamos para elaborar este trabalho, durante o ano 2002, os controles praticados nas interfaces da região promedialmente envolveram entre 10 e 15 atores diferentes, mais de 25 documentos distintos, mais de 100 classes de dados diferentes e uma revisão física direta de pelo menos uma vez, de mais de 75% das unidades de carga que circularam na região.

Estima-se que a intervenção desta estrutura, para denominá-la de alguma forma, nos intercâmbios comerciais dos países, implicou um encarecimento direto de entre 6 e 7% no preço final dos produtos envolvidos nos mesmos, sem prejuízo de esclarecer que também houve um impacto indireto que não se pôde quantificar porque não se esteve em condições de realizar o acompanhamento necessário.

O atual sistema de gestão de controles da região, em geral não guarda um adequado equilíbrio entre agilidade e controle.

Há carências importantes em matéria de simplificação de procedimentos, adequado manejo e utilização da tecnologia e atendimento integral priorizado.

E tudo isso em um impacto econômico negativo sobre a rentabilidade dos fluxos de comércio.

Nesse contexto, o Estudo elaborado, formula uma série de sugestões a curto, médio e longo prazos, cujo conjunto bem poderia chegar a configurar uma espécie de programa de trabalho sobre esta matéria.

Em termos gerais se propõe:

Que no curto prazo se trabalhe imediatamente para melhorar os serviços que se oferecem aos "clientes" dos sistemas de fiscalização.

Esta é uma proposta que envolve um conjunto de ações que se podem implementar rapidamente, sem necessidade de investimentos, com o simples estabelecimento de medidas administrativas corretivas.

Claros exemplos destas ações são, por exemplo, o “balcão único”, a harmonização da utilização dos apoios tecnológicos nas tarefas de controle, e/ou pôr em prática mecanismos que assegurem a aplicação efetiva das disposições jurídicas atualmente vigentes.

Para o médio prazo, o Estudo propõe que se adote uma decisão política de implementar uma metodologia operativa de fiscalização comum, baseada na gestão de risco, isto é, um sistema que conjugue os objetivos de facilitação e fiscalização e ao mesmo tempo preserve os objetivos alcançados em matéria de abertura comercial priorizando o esforço fiscalizador e a destinação de recursos humanos e materiais, sobre aquelas áreas de maior relevância do ponto de vista do fraude e do contrabando.

No longo prazo, o Estudo propõe que sejam esgotados os esforços para coordenar as funções do Estado em matéria de fiscalização e capacitação dos recursos humanos envolvidos na gestão destes sistemas.

Para impulsionar uma coordenação entre os diferentes órgãos de fiscalização dos Estados, é necessário encaminhar uma nova cultura organizacional, estabelecer e implementar uma reengenharia organizacional do Estado em matéria de fiscalização.

E essa mudança cultural, necessariamente deve transcender o plano dos recursos humanos, incorporando-se traços que hoje estão totalmente ausentes e que incidem em forma notória sobre o perfil do funcionário encarregado de fiscalizar, como por exemplo seria modificar os critérios de seleção e avaliação, ou vincular a carreira administrativa à produtividade ou à competitividade e não à antigüidade, que derivaria, inevitavelmente, na melhora de um fator fundamental, como é o nível de retribuição que recebem atualmente os funcionários encarregados das tarefas de fiscalização.

Se deseja enfatizar sobre um aspecto novedoso vinculado a este tema, que se gerou praticamente nas investigações realizadas na Secretaria-Geral para efetuar este Estudo e uma proposta que se deixa transluzir no trabalho, é que a ALADI considere a oportunidade de trabalhar, propor e impulsionar, no âmbito da região, a idéia e a figura do que poderíamos chamar “o gerente logístico de fronteira”. Isto é, a atividade de uma pessoa que saiba verdadeiramente que está fazendo quando realiza a fiscalização e com sua tarefa de fiscalização como índice o fluxo de comércio no tempo, nos custos.

Considerando este conjunto de ações propostas, fica em evidência que se requer um método, um mecanismo, um âmbito de discussão no qual se aprofunde sobre as mesmas e, eventualmente, sejam adotadas decisões.

Neste sentido, o Estudo propõe ao Comitê duas sugestões muito concretas:

A primeira é que seja considerada a possibilidade de convocar um Seminário Oficina de Peritos Governamentais de máxima hierarquia em matéria de fiscalização, para analisar este conjunto de propostas e discutir sobre as conclusões identificadas no Estudo.

E a segunda é reforçar e aprofundar as relações e vínculos institucionais da ALADI com a UNCTAD e a OMA, de forma que com a mancomunação da experiência e trajetória destas agências sobre a matéria se produza uma sinergia proativa que possa gerar condições e resultados concretos sobre esta matéria da fiscalização nas interfases da distribuição física internacional. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Novamente a Secretaria e a equipe encarregada destes temas de integração física nos proporciona um documento. Creio que este é um de uma série de documentos que já nos distribuíram nesta matéria, que adquiriu cada vez maior relevância, sempre a teve, mas surgiu com mais força depois da Cúpula do Brasil do ano 2000 com a iniciativa do IIRSA, com o plano Puebla – Paraná, do México e a tomada de consciência dos organismos regionais quanto a que precisamente os temas de competitividade passam necessariamente por uma maior integração física, que compreende não somente a infraestrutura, mas também a logística normativa associada, os sistemas de fiscalização, entre outros.

Ofereço a palavra às Delegações sobre esta apresentação.

Por favor, tem a palavra o Embaixador Pericás da Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Muito obrigado.

Senhor Presidente, este, como o Estudo anterior são bons exemplos de trabalhos importantes que fez a Secretaria e, creio que nos dois casos, de grande interesse para nossos países.

Nós, certamente estaremos enviando estes documentos à consideração das autoridades no Brasil. Creio que todos farão o mesmo, mas considero que deveríamos pensar em uma tarefa de seguimento no próprio Comitê, digamos, no âmbito da ALADI, não somente seguindo a idéia de um Seminário, mas também o próprio Conselho de Assuntos Aduaneiros, mas, talvez poderíamos pensar em derivar este tipo de documentos e outros que virão no futuro, a algum grupo de trabalho do Comitê que exista oi que seja criado especificamente para considerar o tema, de modo que se possa ter um debate um pouco mais amplo e talvez chegar a recomendações com base nos estudos.

Proporia que se considerasse, não digo para tomar uma decisão agora, neste momento, que o senhor fizesse consultas para ver podem ser derivados para a consideração de um órgão específico do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Vamos fazer consultas sobre isto.

Continuo oferecendo a palavra sobre a apresentação feita sobre este Estudo.

Se não há mais considerações sobre o tema passamos então ao ponto último da Ordem do Dia.

#### 9. Assuntos diversos.

... A este respeito desejaria saber se alguma das Delegações desejaria incorporar algum tema a este ponto.

A Presidência desejaria mencionar dois aspectos, não sei se a Secretaria também deseja acrescentar algo sobre isto.

Em primeiro lugar, a fim de retomar o impulso, diria analítico e a reflexão política deste Comitê sobre os temas apresentados na última reunião do Conselho de Ministros, no relatório elaborado pelo Comitê, como sua derivação normativa no caso da Resolução 55 (XII), desejaria propor realizar uma primeira reunião de Chefes de Representação, que nos permita então, tratar novamente este tema. Além disso, com a acumulação de acontecimentos produzida na região no último semestre, especialmente no mês de

dezembro, e muitos deles que estão evoluindo durante este semestre, de tal forma de que possamos em uma reunião, com as características de Chefes de Representação, informal, não comprometedor de posições de nenhuma espécie, por parte de ninguém, nem de nenhum país, logicamente, mas que nos permita, então, rever o acontecido, e ver de que maneira poderíamos avançar durante este período no tratamento da Resolução 55 (XII).

Nessa mesma reunião e com base nessa mesma reflexão, pensar na realização da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros que, como todos sabemos, não somente deve dedicar-se a receber e a analisar nosso relatório, derivado da Resolução 55 (XII), mas também este ano corresponde a eleição do Secretário-Geral, que estará a cargo da Secretaria a partir de março do próximo ano.

Consideram pertinente que faça as consultas necessárias para uma próxima reunião de Chefes?

Estariam de acordo. Se há uma proposta de data...

Tem a palavra o Embaixador do Uruguai.

Representação do Uruguai (Agustín Espinosa Lloveras). Senhor Presidente, compartilho totalmente o objetivo dessa reunião. Poderíamos reunir-nos na próxima semana no horário habitual que se reúne o Comitê, às 9h45m da manhã da próxima quarta-feira. Essa seria minha proposta.

PRESIDENTE. Estão de acordo em que seja convocada para a próxima quarta-feira?

Então, já fica convocada, sem prejuízo de que a Secretaria nos envie a convocação correspondente de Chefes da próxima quarta-feira.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETARIO GENERAL. Presidente, simplesmente desejo manifestar que desejaria que fosse acrescentada na agenda não apenas a Resolução 55 (XII), mas também a 56 (XII), para ver também que tratamento vamos dar aos trabalhos que estamos realizando nesse campo que o senhor conhece de forma bastante pormenorizada.

PRESIDENTE. Creio que não há inconveniente em que nessa reunião também tratemos qualquer outro tema. A idéia seria uma primeira reunião de revisão de todos os temas para determinar quais são os mais importantes.

Se não há outro tema para tratar encerramos a primeira reunião do ano.

Encerra-se a sessão.